

HABEAS CORPUS Nº 548.916 - SP (2019/0358382-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : IDELY TORTOLA SAIG
ADVOGADO : IDELY TORTOLA SAIG - SP297243
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAIKON MILETTA MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MAIKON MILETTA MARTINS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem postulada no HC n. 2186001-98.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente, preso preventivamente (e-STJ fl. 166), foi denunciado como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 152/154).

Narra a denúncia que o ora paciente, *associado com dois indivíduos, ainda não identificados, porém conhecidos com as alcunhas "Guí" e "Pit" (fl.36), possuía, tinha em depósito, semeava e cultivava, sem autorização e em desacordo com determinação legal, para fins de tráfico ilícito, a quantidade de 2.498.53g (dois mil e quatrocentos e noventa e oito gramas e cinquenta e três miligramas) da substância "TETRAHIDROCANABINOL(THC), princípio ativo do vegetal" (Cannabis Sativa "L"), vulgarmente conhecida como "maconha", na forma de 1.230 trouxinhas e 16 tabletes, além da plantação e cultivo de 680 plantas vivas da mesma droga, cujos fragmentos vegetais pesam cerca de 1.125,00g (um mil, cento e vinte e cinco gramas), conforme auto de exibição e apreensão de fls. 07/10 e laudos de exame químico-toxicológico (e-STJ fl. 152).*

O paciente não foi localizado para ser citado pessoalmente (e-STJ fl. 181). Assim, o Ministério Público requereu a citação do acusado por edital, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal (e-STJ fl. 184), o que foi

deferido pelo Juízo singular (e-STJ fl. 188).

A denúncia foi recebida, no dia 28/11/2018, pelo Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca da Ribeirão Preto/SP (e-STJ fls. 249/251), oportunidade na qual foi consignado que: "Inicialmente, de rigor observar-se que este juízo expediu edital de citação para o acusado, o qual, embora não citado pessoalmente, constituiu advogada particular, juntou procuração, apresentou resposta escrita e pedido de revogação da prisão preventiva. Neste contexto, a despeito da ausência de citação pessoal, plenamente demonstrado que o acusado se encontra ciente de todos os fatos que militam em desfavor dele."

Ainda, o Juízo de primeiro grau deferiu os pedidos defensivos de diligência para realização de exame grafotécnico com o intuito de apurar se as anotações de contabilidade do tráfico emanaram do próprio punho do ora paciente.

Estando o paciente ainda foragido, a defesa requereu a revogação da ordem de prisão preventiva do paciente, contudo, acompanhando a manifestação ministerial (e-STJ fls. 409/412), o Juízo singular indeferiu o pedido (e-STJ fl. 433).

Consoante as informações prestadas em segundo grau, "A despeito da juntada de procuração e apresentação de defesa, o réu foi citado por edital por medida de cautela" (e-STJ fl. 340).

No dia 16/7/2019, o Magistrado decretou a revelia do ora paciente, tendo em vista ainda estar foragido e não ter comparecido em audiência de instrução previamente designada, embora tenha defesa constituída no feito (e-STJ fl. 475).

A acusação e a defesa apresentaram memoriais finais.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, pleiteando a anulação da decisão que decretou a revelia do paciente e a revogação da prisão preventiva.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 8/10/2019, a

4ª Câmara Criminal do TJSP denegou a ordem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 32):

"Habeas Corpus". Pretendida anulação da decisão que decretou revelia, revogação da prisão preventiva ou substituição do encarceramento por medidas cautelares. Tráfico ilícito de entorpecentes. Excesso de prazo. Período que não é matemático, fatal ou peremptório. Mera criação jurisprudencial que pode ser dilatada, em face aos acontecimentos de cada caso. Nulidade inexistente. Critério judicial ponderado, notadamente pelas circunstâncias e gravidade do crime. Inexistência de violação ao devido processo legal. Incompatibilidade da liberdade, para casos graves. Impossibilidade da concessão dos benefícios pleiteados. Inaplicabilidade de medidas cautelares alternativas. Garantia da ordem pública preservada. Precedentes fortes na jurisprudência. Fundamentação inidônea. Inocorrência. Prisão cautelar mantida. Ordem denegada.

No presente *habeas corpus*, a impetrante insiste nas mesmas teses rechaçadas pelo Tribunal de origem, consistentes em: irregularidade na decretação e manutenção da prisão preventiva; excesso de prazo; nulidade na citação e cerceamento de defesa pela demora da realização do exame grafotécnico para, segundo a defesa, comprovar a inocência do paciente.

Aduz que, *em tentativa de contornar a displicência, na melhor das cogitações que se possa fazer sobre o desaparecimento das provas, fora decretada a revelia do paciente Maikon, sem qualquer cabimento, sendo por seu comparecimento espontâneo nos autos, sem qualquer citação válida, sendo em razão das diversas provas deferidas pelo juízo, sem mencionar tal questão, afinal, o direito de defesa é inerente à Maikon* (e-STJ fl. 20).

Ao final, pugna, liminarmente, pela imediata revogação da ordem de prisão preventiva em desfavor do paciente. No mérito, seja concedida a ordem para que aguarde em liberdade o desfecho da ação penal, bem como reformar a decisão que decretou a revelia do paciente, determinando a realização do exame grafotécnico, remediando o cerceamento de defesa, sob pena de

anulação do processo, se o caso tornando definitivos os efeitos da liminar concedida (e-STJ fls. 30).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Numa análise perfunctória dos autos, não verifico flagrante ilegalidade da manutenção da ordem de prisão cautelar do paciente, visto que, conforme foi assentado pelas instâncias ordinárias, o paciente não preencheu os requisitos de ordem subjetiva para fazer jus a qualquer cautelar diversa da prisão, haja vista possuir duas condenações com trânsito em julgado pela prática de roubo e, ao que consta dos autos, ainda se encontra foragido desde o inquérito policial, antes mesmo que sua prisão preventiva fosse sido decretada.

Quanto ao alegado excesso de prazo, *este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a condição de foragido do recorrente afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo* (RHC n. 95.844/RS, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 5/6/2018, DJe de 13/6/2018).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau acerca do alegado na presente impetração, em especial se o paciente ainda

Superior Tribunal de Justiça

permanece foragido e se houve a prolação de sentença penal, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator